

Oposição e governo duelam para obter o controle da CPI

Comissão pode iniciar os trabalhos na semana que vem e disputa por presidência e relatoria já movimentam os bastidores



Leitura do requerimento foi feita ontem pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

Após dois meses de pressão, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar os atos de 8 de janeiro em Brasília foi finalmente criada. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fez a leitura do requerimento do deputado André Fernandes (PL-CE) no começo da tarde de ontem. Com isso, os trabalhos podem se iniciar já na próxima semana.

– Lido o requerimento, já está apto a iniciar os trabalhos – declarou Pacheco, após a sessão conjunta da Câmara e do Senado. O próximo passo será a definição dos membros do colegiado. Serão 16 deputados e 16 senadores e o governo estima que conseguirá indicar pelo menos 20 nomes.

A leitura ocorreu após o governo mudar de posição e passar a apoiar a CPI, diante da revelação de imagens internas do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro, que levou à demissão do chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, na semana passada. A estratégia do Planalto será culpabilizar apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que convocaram manifestantes e até ironizaram e fizeram piadas enquanto pessoas invadiram e destruíram o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal

Federal (STF) e o Congresso. Já a oposição deve apontar omissão do governo no episódio.

Há disputa intensa entre governo e oposição pela presidência e relatoria. O líder do PP na Câmara, André Fufuca (PP-MA), foi o nome apontado pelo bloco composto por União Brasil, PP, Federação PSDB-Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade e Patriota para assumir um dos postos. Fufuca tem a seu favor o fato de ser do partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), mas enfrenta resistências.

Calheiros

O PL também articula para garantir um dos postos. Uma das hipóteses é o partido abrir mão de uma vaga na CPI para garantir a presidência ou a relatoria.

Relator da CPI da Covid do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) é especulado para a função, mas enfrenta a resistência de Lira, seu inimigo político em Alagoas, o que abre caminho para o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Outra possibilidade é um nome mais moderado da Câmara, como o deputado Arthur Maia (União-BR), que presidiu a Comissão de Constituição e Justiça no ano passado.

Detalhe ZH

O ministro interino do GSI, Ricardo Cappelli, formalizou ontem a exoneração de 29 servidores do órgão. A medida foi tomada por determinação do presidente Lula em um movimento que tem sido classificado por seus assessores como “desbolsonarização” do GSI.

Entre os exonerados, estão três policiais militares do Distrito Federal, um bombeiro militar, 24 militares das Forças Armadas e uma civil que atuava como assessora técnica. Na lista dos demitidos, figuram dois generais de Brigada: Marcíus Cardoso Netto e Marcelo Goêtes de Alencar. Os dois oficiais atuavam, respectivamente, como secretário de Segurança e Coordenação Presidencial e secretário-executivo adjunto do GSI.

“Demostro cumprimento hoje à determinação do presidente @Lula Oficial de acelerar o processo de renovação do GSI”, escreveu Cappelli, em rede social. No início da semana, o ministro interino afirmou que 35% do quadro do órgão já havia sido substituído. Cappelli assumiu interinamente o comando do gabinete após a queda do general Gonçalves Dias.

Bolsonaro alega que postou vídeo sob efeito de morfina

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) alegou ontem, em depoimento à Polícia Federal (PF), que estava sob efeito de medicamentos quando compartilhou vídeo questionando o resultado das eleições de 2022. Segundo relato do ex-secretário de comunicação social da Presidência e atual assessor de imprensa de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, o ex-presidente disse à PF que a postagem foi feita “por equívoco”. Bolsonaro estaria se recuperando de um “tratamento com morfina” provocado por obstrução intestinal.

No dia 10 de janeiro, dois dias após os ataques em Brasília, Bolsonaro publicou vídeo nas redes sociais questionando a lisura e a confiabilidade das eleições presidenciais de 2022. O material acusa a presidente Luíza Inácio Lula da Silva de não ter sido eleito de maneira legítima pela população, mas sim por um conluio entre ministros de tribunais superiores. O compartilhamento levantou suspeita de que o ex-presidente estaria estimulando crimes contra o Estado de direito.

A postagem foi apagada no mesmo dia. Bolsonaro alegou que pretendia encaminhar o vídeo pelo WhatsApp para que pudesse assisti-lo em outro momento. Ele sustentou, no entanto, que, por estar sob medicação, acabou errando o comando.

De acordo com Wajngarten, o ex-presidente foi aconselhado a excluir a publicação. O conteúdo ficou quase duas horas no ar.

– Justamente no período entre o dia 8 e o dia 10, ele teve uma crise de obstrução intestinal, foi internado, submetido a tratamento com morfina, ficou hospitalizado e só recebeu alta na tarde do dia 10. Essa postagem foi feita de forma equivocada tanto que duas horas depois ele foi advertido e retirou a postagem – disse o advogado Paulo Cunha Bueno.

Eleição

Segundo o ex-secretário, Bolsonaro afirmou duas vezes no depoimento que a eleição presidencial “é página virada”. Ainda segundo Wajngarten, Bolsonaro respondeu a todas as perguntas dos policiais.

O depoimento do ex-presidente durou três horas. Wajngarten ainda afirmou que a versão dada aos agentes federais foi de que o ex-presidente repudia os atos de 8 de janeiro.

Essa foi a segunda vez que Bolsonaro depôs à PF. Na primeira, no início do mês, ele respondeu a perguntas sobre os pacotes de joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita, que ingressaram de forma ilegal no país durante o seu mandato.



Depoimento de ex-presidente durou cerca de três horas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 10